

# **ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E PROPOSTAS**

**Francisca de Lourdes dos Santos Leal**  
Prof<sup>a</sup>. Ms. em Educação da UFPI

## **Introdução**

O objetivo deste texto é empreender algumas reflexões sobre o processo de alfabetização de jovens e adultos na escola pública, visando subsidiar a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem. Para tanto, apresentamos inicialmente uma contextualização sobre a temática proposta, caracterizando o aluno da escola pública. Em seguida, procuramos discutir alguns fundamentos do processo ensino-aprendizagem, centralizando o foco de discussão nos desafios que marcam a prática docente alfabetizadora, bem como apontando propostas metodológicas que possam contribuir para a resignificação da prática pedagógica docente e para uma melhor compreensão da questão estudada.

## **Contextualização do tema**

Um dos sérios problemas que enfrentamos em nosso país é o do elevado índice de analfabetismo – crianças que a cada ano engrossam os números do analfabetismo; jovens e adultos que retomam a escola porque não se alfabetizaram em seus anos de escolaridade obrigatória. As estatísticas, em relação ao tema, apontam dados que nos colocam numa situação pouco confortável. De acordo com os dados divulgados, em 2000, pelo IBGE, o Nordeste, especificamente apresenta um índice de analfabetismo de 26,6%. Esse é, sem dúvida, um dos graves problemas que o Brasil precisa enfrentar, pois numa sociedade letrada como a nossa, não saber ler nem escrever é estar privado de exercer plenamente a cidadania.

Erradicar o analfabetismo exige, pois, dos diversos segmentos da sociedade a adoção de sérias medidas ou ações políticas que possam não apenas dar oportunidade aos alunos de freqüentar a escola, mas também garantir sua permanência na escola e assegurar-lhes uma educação de qualidade.

## **Caracterização do alfabetizando de Jovem e Adulto da escola pública**

Quando nos referimos ao alfabetizando da escola pública, isto é, esse sujeito que vive num mundo escolarizado, numa sociedade letrada e industrializada e que não tem o domínio da palavra escrita, estamos nos referindo, do ponto de vista sócio-econômico, a um grupo social extremamente homogêneo. É um grupo composto por crianças ou jovens e adultos em sua maioria com uma história descontínua e mal-sucedida de passagem pela escola; cujos pais são, via de regra, trabalhadores em ocupações não qualificadas (pedreiros, lavradores, vigias, dentre outros) e com nível instrucional muito baixo (geralmente analfabetos).

Esses alunos por serem, na maioria, filhos de pais desempregados entram precocemente no mercado de trabalho informal, exercendo atividades tais como: vendedores de picolé, engraxates, lavadores de carro, etc., visando ajudar na renda familiar para sua própria sobrevivência, como também para a sua família. Quase a totalidade desses alunos assume responsabilidades profissionais e domésticas, reduzindo seu pouco tempo de lazer e até mesmo para dedicar-se ao estudo.

A caracterização desse grupo (não alfabetizados) repete-se nas variadas situações escolares. Segundo Oliveira “ele tem um lugar social específico que vai combinar-se com a sua incapacidade de utilizar o sistema simbólico de escrita. (1999, p.24).

Quanto às características sócio-econômicas sabemos claramente quem é o aluno não alfabetizado. Mas quanto ao domínio do sistema de escrita, não tratamos de um grupo formado por indivíduos muito semelhantes entre si. Os jovens e adultos não alfabetizados inseridos numa sociedade letrada, vão sendo contaminados pelas informações desse mundo e acumulam conhecimento sobre o próprio sistema de escrita.

Numa sociedade marcada pela escrita como a nossa, raramente encontramos pessoas completamente analfabetas. Compartilhando com essa idéia, Oliveira se manifesta: “obviamente que, como consumidor da palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação àqueles que, dominam a lógica do mundo letrado. Mas ele sabe coisas sobre esse mundo...” (1999, p.24)

Esses alunos em processo de alfabetização chegam à escola com certo conhecimento sobre a escrita. Frequentemente esses indivíduos sabem escrever o próprio nome, muitas vezes reconhecem ou sabem escrever algumas letras, conhecem o formato de algumas palavras, reconhecem alguns números, alguns conhecem letra de forma mas não letra cursiva, outros conhecem letras, mas não sabem juntá-las. Concordando com esse entendimento Ferreiro (1997), ressalta que o aluno chega à escola com certo conhecimento sobre a escrita e mesmo não dispo

oportunidades sociais de escutar leitura de livros e de ter livros, também são capazes de fazer perguntas e de desenvolver idéias sobre a escrita.

Eles possuem conhecimento sobre o mundo adquirido na realização de atividades cotidianas. Em sua vida diária, quase todos fazem cálculos mentais sobre preços, efetuam pagamentos, desenvolvem atividades envolvendo compra e venda de produtos. Segundo Teberosky (1997), apesar desses alunos pouco letrados possuírem muitos conhecimentos válidos e úteis eles estão excluídos de muitas possibilidades que a nossa cultura oferece. A exclusão desse conhecimento marca esses alunos profundamente pela imagem que fazem de si e pelo estigma que a sociedade lhes impõe.

### **Os desafios que marcam a prática pedagógica alfabetizadora**

As dificuldades que os alunos das casses populares enfrentam durante o processo de alfabetização têm sido exaustivamente discutidas e estão refletidas nas estatísticas que apontam elevados índices de repetência e evasão no início do processo de escolarização. Tais dificuldades são decorrentes de vários fatores, dentre os quais podemos destacar: a complexidade do processo de aquisição da escrita, a formação do professor, a metodologia adotada, dentre outras.

Essas dificuldades da escola em lidar com os alunos das classes populares são também sentidas e assumidas freqüentemente pelos próprios professores dentro das escolas. Estudo realizado por Garcia (2001), revela no cotidiano escolar o inconformismo dos professores com o fracasso escolar de seus alunos e alunas e a luta pela construção de uma escola pública de qualidade, sobretudo uma escola para todos, uma escola que inclua o direito ao conhecimento, um bem valorizado nas sociedades contemporâneas e negado à maioria da população.

De acordo com as discussões apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), que contempla orientações gerais para nortear o trabalho pedagógico, a educação de qualidade deve formar cidadãos capazes não só de enfrentar os desafios apresentados pela realidade, mas também de nela poder intervir.

Vale ressaltar que vários são os desafios que marcam a prática pedagógica docente, destacando-se dentre estes a mudança no conceito de alfabetização, a heterogeneidade da sala de aula e a relação teoria prática. A partir dos aspectos destacados registramos a busca permanente dos professores de soluções para os desafios que a realidade lhes coloca. A prática pedagógica requer mudanças teórico-

metodológicas e exige do professor conhecimento crítico diante de determinadas situações em busca da superação das dificuldades.

Nesse contexto, abordaremos alguns fundamentos e reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem da língua escrita, discutindo a concepção de alfabetização e apontando elementos que caracterizam a forma de atuação do professor.

Assistimos hoje a uma mudança profunda no conceito de alfabetização. O conceito atual de alfabetizado – que se opõe ao antigo conceito de saber rudimentos da leitura e da escrita – é mais amplo e refere-se à pessoa que sabe usar a leitura e a escrita nas variadas situações do cotidiano (fazer compras, pagamentos, tomar ônibus, ler e escrever cartas, dentre outras). Esse novo conceito de alfabetização, que incorpora o conceito de letramento, concebe que, para uma pessoa ser considerada alfabetizada, precisa estar inserida nas práticas sociais de leitura e de escrita, visto que ela vive numa sociedade letrada.

Uma pessoa que é alfabetizada (aprende a ler e escrever) e se torna letrada (sabe fazer uso da leitura e da escrita) é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever (é analfabeta) ou, embora sabendo ler e escrever não pratica a leitura e a escrita, ou seja, é alfabetizada, mas não é letrada.

Letramento é um termo usado para caracterizar a pessoa que, além de saber ler e escrever faz uso freqüente e competente da leitura e da escrita (SOARES, 1998, p.36).

Dessa forma, o atual conceito de alfabetização defende que se ensine a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que a pessoa se torne tanto alfabetizada quanto letrada.

Se analisarmos mais detalhadamente essa mudança, perceberemos que a ela corresponde uma mudança de concepção tanto em relação ao objeto escrita, quanto ao processo ensino-aprendizagem desse objeto e ao sujeito que aprende. Quando se concebia a alfabetização como aprendizagem de rudimentos da leitura e da escrita, acreditava-se que bastava ensinar ao aluno as relações entre sons e letras, para que ele pudesse combiná-los formando padrões silábicos e, posteriormente, palavras. Nessa concepção, havia uma forte ênfase no método, e o ensino pautava-se na memorização.

A concepção atual de alfabetização aponta para a necessidade da prática escolar levar em conta os usos sociais da escrita, uma vez que o aluno interage cotidianamente com a escrita e, de certa forma, tem sua vida afetada por ela. Nessa nova concepção, dispensam-se as cartilhas e empregam-se, como material pedagógico, textos reais de diferentes tipos, a fim de que o aluno possa vivenciar os vários usos e funções da

escrita. Isso requer uma mudança de postura do professor e implica uma nova visão de aluno.

As mudanças aqui apontadas são resultados de pesquisas desenvolvidas em vários países, cujos resultados estão disponíveis na literatura da área. Dentre esses estudos, destacamos os realizados por Ferreiro e Teberosky (1985).

Ferreiro e Teberosky (1985), estudando a psicogênese da língua escrita, consideraram a escrita um objeto de conhecimento que vai sendo construído de modo evolutivo pela criança. Elas ressaltam que a criança, em suas relações com a escrita, elabora ativa e espontaneamente hipótese a respeito de como se escreve e testa suas hipóteses cotidianamente. Analisando produções das crianças, as pesquisadoras descrevem um processo que vai da ausência da relação entre a fala e a escrita (período pré-silábico) à fonetização da escrita (período silábico, silábico-alfabético e alfabético).

Esses estudos apresentam proposições importantes para os alfabetizadores, podendo contribuir para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, assim como obrigam a rever as concepções de ensino e aprendizagem da língua escrita até então dominantes na escola e colocam desafios aos educadores no campo da alfabetização.

Esse novo modo de alfabetizar nos obriga a rever e discutir o papel do professor, do aluno, da metodologia e as relações entre ensinar e aprender. O aluno é concebido como sujeito ativo que constrói o conhecimento interagindo com o objeto de conhecimento e tendo o professor como mediador e colaborador.

Quando nos propomos refletir sobre essas questões devemos recorrer as postulações de Vygotsky (1991), de que as outras pessoas do grupo social tem uma importante atuação no processo de desenvolvimento do indivíduo, visto que este não tem recursos para percorrer sozinho o caminho do desenvolvimento nem o simples contato com o objeto de conhecimento garante a aprendizagem. Isso nos leva a perceber que, na escola, a intervenção do professor assume um lugar de destaque no processo de desenvolvimento dos alunos. Usando procedimentos próprios da escola (demonstração, instruções, fornecimento de pistas, etc.) o professor atua na zona de desenvolvimento proximal dos alunos (que é a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial), provocando neles avanços.

Em relação ao desenvolvimento das habilidades de produzir textos escritos, coloca-se igualmente para o professor, o desafio de agir sobre o texto do aluno, de modo que este possa apropriar-se do escrever como busca de interlocução como, também

aprender as convenções que regem a construção de textos nos diferentes gêneros de escrita.

Outro desafio que marca a prática pedagógica docente é a heterogeneidade da sala de aula, ou seja, classe composta por alunos com níveis muito diferenciados de conhecimento em seu processo de alfabetização. As turmas de alfabetização na grande maioria são formadas por alunos que não lêem e nem escrevem alfabeticamente, outros que já fazem uso de convenções da escrita (ortografia, segmentação de palavras e etc.) e outros que produzem textos sem segmentá-los em frases.

Diante do exposto, algumas questões são colocadas para os professores alfabetizadores: como desenvolver um trabalho produtivo, considerando essa configuração de turma? Como agrupar os alunos para que possam aprender uns com os outros? O que fazer para garantir situações didáticas desafiadoras? A heterogeneidade da sala de aula é muito importante no processo de construção do conhecimento. A respeito dessa discussão os Parâmetros em Ação – Alfabetização (2000) aborda a importância da heterogeneidade explicitando que os alunos aprendem coisas o tempo todo e o seu conhecimento vai se modificando.

Trabalhar com classes heterogêneas exige do professor estudar muito, conhecer bem seus alunos e saber propor atividades em que os alunos possam aprender também uns com os outros. Algumas idéias são fundamentais para orientar a intervenção pedagógica do professor, tais como adotar o texto como fio condutor do processo ensino-aprendizagem, trazendo a diversidade textual para a escola; apesar das atividades individuais também terem lugar no trabalho pedagógico, as situações de cooperação são mais produtivas quando a forma de agrupamento, as atividades propostas e a intervenção do professor são pertinentes, observando que em determinadas atividades não se pode agrupar os alunos com conhecimento muito diferenciado em relação ao conteúdo.

Portanto, trabalhar com alunos com diferentes níveis de informação e conhecimento desafia os professores a planejar o seu trabalho pensando na organização didática do trabalho pedagógico, buscando garantir interações possíveis e desafiadoras para todos os alunos, e procurando definir o critério de agrupamento dos alunos de acordo com os objetivos das atividades, considerando os diferentes saberes de que dispõem.

No contexto das discussões sobre os aspectos que desafiam os professores no cotidiano da sala de aula, destacamos também a relação teoria e prática. A história da

formação dos professores tem sido marcada pela fragmentação desses componentes teoria/prática. Segundo Fiorentini (1994), existe uma relação conflituosa entre os saberes teóricos, ou seja, os saberes provenientes da academia e aqueles produzidos pelos professores no exercício da profissão. Os saberes dos especialistas caracterizados pela reflexão tendem a fragmentar e simplificar a prática complexa da sala de aula enquanto os saberes da prática parecem mais próximos do agir do professor, pois estão ligados ao fazer pedagógico docente.

Para o teórico citado, esse distanciamento entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos produzidos pelos professores na prática docente tem haver com a relação teoria e prática, isto é, com a relação estabelecida entre os professores e acadêmicos com esses saberes. Essa fragmentação teoria e prática pode ser decorrente de uma cultura profissional caracterizada ou pela racionalidade técnica que valoriza o conhecimento teórico ou pelo pragmatismo que exclui a formação e a reflexão teórica.

De acordo com Pereira (1999), a racionalidade técnica caracteriza-se fundamentalmente pela separação entre a teoria e a prática na formação profissional. Nesse modelo o professor assume um caráter meramente técnico que consiste em transmitir os conhecimentos teóricos. A prioridade dada à teoria em detrimento da prática, constitui a principal crítica a esse modelo de formação. Para o pesquisador, os currículos de formação de professores, fundamentados nesse modelo da racionalidade técnica, apresentam-se inadequados à realidade da prática docente.

A dinâmica social requer do professor, na sociedade contemporânea, uma prática pedagógica fundamentada em vários saberes para atender as demandas sociais e profissionais. Assim, faz-se necessário considerar a realidade de atuação – a escola e o referencial teórico que orienta a prática pedagógica docente, a fim de possibilitar a análise constante do processo de ensino e aprendizagem, na busca de construção da unidade teoria-prática, na perspectiva de formação do profissional da educação competente buscando a articulação entre o saber e o saber fazer, pensando dialeticamente a prática pedagógica. Nesse contexto, esses dois componentes constituem o núcleo norteador do formação do educador, na medida em que estes são abordados numa relação simultânea e recíproca de autonomia e de dependência de uma em relação à outra. Nesse sentido, o professor deve ser capaz de refletir, criar e decidir ao desenvolver sua prática pedagógica. Corroborando com esse entendimento, Freire (1996), afirma que a teoria busca orientar uma ação que possibilite a transformação.

### **Propostas que subsidiam a resignificação da prática pedagógica docente**

As complexas mudanças verificadas no mundo atual exigem cada vez mais profissionais competentes atuando nas diversas áreas. De fato, a globalização e o avanço tecnológico impõem de forma acentuada, a necessidade de profissionais qualificados, exigindo deles novas aprendizagens.

Visando contribuir para melhoria do processo de ensinar e de aprender subsidiando o professor para enfrentar os desafios que a realidade lhe impõe, apontamos algumas propostas teórico-metodológicas que possam contribuir para a resignificação da prática pedagógica docente. Dentre estas destacaremos a formação e o desenvolvimento profissional docente, a consolidação de uma prática pedagógica reflexiva e a contextualização e a especificidade do processo de alfabetização.

A formação e o desenvolvimento profissional docente apresenta-se como uma ação importante que vem sendo desenvolvida na área educacional, pois para responder aos desafios colocados pela realidade, exige um profissional da educação qualificado, capaz de adotar novos procedimentos de ensino e assumir uma postura reflexiva e crítica. Além de uma formação inicial consistente, é preciso proporcionar aos professores alfabetizadores oportunidade de formação continuada, pois promover o desenvolvimento profissional é também intervir em suas reais condições de trabalho.

A formação continuada é parte essencial do processo de profissionalização. O profissionalismo exige do professor autonomia para tomar decisões, capacidade de avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua além da capacidade de mobilizar os saberes teóricos e práticos. Assim, o desenvolvimento profissional permanente é aqui entendido como um processo de formação continuada, requer uma prática constante e contínua de estudo, reflexão, discussão e experimentação coletiva. Para tanto, deve proporcionar ao professor momentos de atualizações profissionais, aprofundamento das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa que oriente a construção de saberes e competências profissionais.

Nesse contexto devemos refletir sobre os saberes da docência na formação de professores. Dessa forma, Freire (1976) discute os saberes necessários à prática docente enfatizando que ensinar não é transmitir conhecimento mas proporcionar situações que possibilitem a produção ou a construção do conhecimento. Outra importante contribuição sobre os saberes relativos tanto a formação inicial quanto os construídos no exercício da profissão docente é apresentado por Pimenta (2001). Ela destaca os saberes

da experiência (constituídos através da reflexão da prática pedagógica docente), os saberes do conhecimento (referem-se aos conhecimentos específicos adquiridos no curso de formação inicial) e os saberes pedagógicos (envolvem os conhecimentos didáticos que orientam a organização do trabalho pedagógico). Dessa forma, a escola deve ser vista como além de um local de trabalho, como um espaço de formação.

No contexto das discussões sobre a formação de professores, destaca-se a importância da reflexão sobre a prática, pois as novas tendências pedagógicas apontam para a necessidade de formação de um professor reflexivo que repense constantemente a sua prática. Nessa perspectiva destaca-se as contribuições Schön (1987) e Nóvoa (1992).

A reflexão enquanto componente da atividade profissional é entendida como a capacidade que o professor deve ter de integrar os conhecimentos e a técnica na resolução de problemas práticos. Para melhor compreensão desse processo de reflexão Schön (1987), define como um diálogo reflexivo com a situação concreta e propõe três conceitos: conhecimento-ação, reflexão-na-ação e reflexão-sobre-a-ação. O conhecimento na ação orienta atividade humana e se manifesta no saber fazer. A reflexão-na-ação consiste em pensar no que faz ao mesmo tempo em que se atua e a reflexão-sobre-a-ação consiste na reflexão posterior a ação, ou seja, o professor analisa e compreende a prática após sua ação, possibilitando sua construção.

Esses processos estão inter-relacionados, complementando-se entre si e constituem o pensamento prático-reflexivo do professor. Nesse processo de reflexão o papel do professor é fundamental, pois reflete a interação entre o conhecimento e sua aquisição pelo aluno.

A formação do professor reflexivo também é discutida na dimensão pessoal, profissional e organizacional. A esse respeito Nóvoa (1992), explica: no âmbito pessoal, a perspectiva crítico-reflexiva do professor compreende o repensar de sua própria prática e a construção de uma identidade pessoal. No aspecto profissional, o desenvolvimento da docência ocorre a partir de dimensões coletivas, promovendo a formação de professores investigadores e reflexivos e na dimensão organizacional, a escola é vista como um espaço de trabalho e de formação profissional.

A realidade social apresenta diversas características (complexidade, incerteza, conflito de valores, dentre outras), que requer do professor capacidade de refletir, de solucionar problemas e de desenvolver a criatividade durante sua própria ação. Dessa forma, faz-se necessário a consolidação de uma prática pedagógica reflexiva, sendo o

professor capaz de intervir na realidade e lidar com a complexidade e com a diversidade cultural.

Um outro encaminhamento metodológico que discutiremos é a contextualização e a especificidade do processo de alfabetização. O atual conceito de alfabetização que consiste não apenas saber ler e escrever, mas saber usar a leitura e a escrita, privilegia um ensino que permite o contato do aluno com a escrita em situações significativas de aprendizagem. Dessa forma, o trabalho a partir do texto ganha importância, pois é no texto que as palavras ganham significados. Ler e produzir textos de diferentes tipos possibilita ao aluno aquisição da escrita enquanto instrumento de comunicação. São vários os tipos de textos que o professor dispõe para um trabalho nessa perspectiva.

O professor preocupado em abordar a língua escrita de forma contextualizada, deve adotar com eixo condutor do processo ensino-aprendizagem o texto. Para tanto, deve criar situações que permitam ao aluno desenvolver um processo sistemático de aprendizagem da leitura e da escrita. Essa orientação sistemática do aluno para se apropriar do sistema de escrita refere-se a especificidade da alfabetização. Segundo Soares (2003), não basta que o aluno esteja convivendo com muito material escrito, é preciso orientá-lo sistematicamente e progressivamente para que possa se apropriar do sistema de escrita.

De acordo com a autora citada, o desprezo da especificidade do processo de alfabetização implica na precariedade do domínio da leitura e da escrita pelos alunos. Portanto, é necessário trabalhar a especificidade da alfabetização e este trabalho consiste em trabalhar as complexas relações entre letra e som que existe no nosso sistema de escrita, ou seja, na orientação sistemática do aluno para se apropriar do sistema de escrita e isso é feito junto com o letramento.

### **Considerações finais**

As reflexões aqui abordadas resultam em contribuições aos educadores no sentido de repensarem as práticas pedagógicas que vêm desenvolvendo. Todas essas reflexões nos levam a perceber a importância de ampliar nossa compreensão sobre o processo de alfabetização, considerando tanto os aspectos de natureza política, econômica, social quanto aos fatores pedagógicos. Tais reflexões devem possibilitar aos educadores sobretudo os alfabetizadores a resignificação de suas práticas pedagógicas visando uma educação transformadora e de qualidade.

A dinâmica social requer do professor, na sociedade contemporânea, uma prática pedagógica fundamentada em saberes multireferenciais para com autonomia atender aos desafios apresentados na sala de aula. Assim, faz-se necessário uma formação inicial e continuada que assegure ao profissional uma sólida base de saberes necessária ao exercício da docência.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. Ministério da Educação. **Educação de jovens e adultos. Parâmetros em ação**, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. 1997.

FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre, ArtMed, 1985.

FIORETINI, D. NACARATO, A. PINTO, R. A. **Saberes da experiência docente em matemática: explorando novos caminhos com outros olhares**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GARCIA, R. L. (org.) **Novos olhares sobre alfabetização**. São Paulo, Cortez, 2001.

NÓVOA, A. (org.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, M. K.de. Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento. IN: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. Ministério da Educação. **Educação de jovens e adultos. Parâmetros em ação**, 1999.

PEREIRA, J. **Formação de profissionais da educação, políticas e pendências, educação e sociedade**. Campinas, 1999.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: saberes e identidade da docência**. In: **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, V. M. M. (coord.) **Educação de jovens e adultos: Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo/Brasília: Ação Educativa, MEC, 1997.

SCHÖN, D. A. Educando o Profissional Reflexivo: um design para o ensino e aprendizagem: In: NÓVOA, A. (coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Autêntica, 1998.

\_\_\_\_\_. **Palestra proferida na FAE, UFMG**, em 2003.

TEBEROSKY, A. GALLART, M. S. **Contextos de alfabetização inicial**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.